

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598

São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO

Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

0 reinício do jogo

A vinda ao País de nova missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o duplo objetivo de examinar os números relativos ao desempenho da economia e negociar as bases para um novo acordo entre o governo brasileiro e a instituição, ocorre num momento particularmente favorável ao Brasil no cenário internacional.

Há duas semanas, o governo começou a pagar os juros da dívida externa devidos desde julho de 1989. Na semana passada, o negociador oficial da dívida, Pedro Malan, encerrou em Nova York a série de reuniões que realizou nas principais praças financeiras do mundo com representantes dos bancos credores para expor-lhes o acordo sobre os juros vencidos, com o objetivo de obter apoio ao documento. Ao mesmo tempo, o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, a pretexto de despedir-se das personalidades de Washington, onde representou o governo brasileiro por mais de quatro anos, buscava o apoio oficial à nova etapa da negociação da dívida externa. A missão de ambos atingiu os resultados esperados.

O melhor retrato do clima favorável ao Brasil foi o êxito da operação realizada pela Petrobrás, que conseguiu vender no mercado internacional, em poucas horas, bônus no total de US\$ 250 milhões. Analistas de Wall Street, o centro financeiro de Nova York, interpretaram a operação como um voto de confiança na nova equipe econômica e como um sinal de que o mercado internacional não está fechado ao Brasil — desde que, é claro, o Brasil ajuste sua economia.

Utilizando uma linguagem esportiva, o negociador da dívida, Pedro Malan, disse que “a bola está do nosso lado”. Cabe ao governo brasileiro tomar a iniciativa de recolocá-la em jogo, deflagrando o processo de negociação do principal devido aos bancos particulares, que atinge US\$ 52 bilhões. O primeiro contato com os representantes dos credores particulares ocorrerá em agosto, mas a vinda da missão do

FMI já representa o reinício do jogo.

No encontro que manteve em Washington com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, o ministro Márcilio Marques Moreira conseguiu negociar, para este começo de jogo, regras que favorecem a posição brasileira. Em primeiro lugar, o ministro antecipou a vinda da missão técnica, com o objetivo de acelerar a solução do problema. Além disso, acertou que o acordo a ser negociado com o FMI terá a duração de 18 meses e poderá resultar na liberação de um empréstimo de US\$ 2 bilhões. É esse acordo que lastreará a negociação com os bancos credores.

Visto do lado interno, no entanto, a vinda da missão do FMI ocorre num momento difícil para as finanças públicas. No ano passado, o setor público conseguiu um superávit operacional equivalente a 1,2% do PIB. Esse bom resultado deveu-se a receitas extraordinárias e a uma série de apertos localizados sobre as despesas públicas. O governo reconhece que tais apertos atingiram o limite e que está de volta o espectro do déficit público, que levou ao descumprimento dos dois acordos assinados com o FMI na década passada. A intenção do governo, por isso, é negociar um acordo mais flexível, que possa ser cumprido.

O FMI quer do Brasil um programa convincente, que aponte para uma tendência declinante da inflação e contenha metas claras de políticas fiscais e monetárias que garantam a estabilização. Para aceitar metas assim, o Brasil precisará eliminar todas as fontes de pressão sobre os gastos públicos, o que exige mudanças estruturais do setor público, que passam pela reforma constitucional. O Brasil tem pressa em fechar o acordo, mas reformas como essas exigem tempo — além de decidida vontade política. É na busca do ponto médio aceitável pelas duas partes que a equipe econômica precisará mostrar sua habilidade.